

3. Sectores sociais

3.1. Educação

3.1.1 Frequência e cobertura escolares

No ano lectivo 1989/90 matricularam-se nos diversos níveis de ensino 75 678* alunos conforme o quadro do anexo I, o que representa um aumento de 2 403 alunos em relação ao ano transacto.

Os efectivos escolares continuam concentrados no ensino básico elementar (54 135 alunos ou seja 89 36%). A taxa líquida de escolarização no EBE passou para 96,85%**; a taxa líquida de escolarização do grupo etário correspondente (7-anos) é ainda superior a 99,17% ver o anexo II.

Esses indicadores confirmam a consolidação da generalização do ensino básico, e a normalização progressiva da idade de ingresso. Há que fazer uma referência à proporção significativa de alunos que entram actualmente no sistema com 6 anos como resultado da expansão da rede de jardins infantis e instituições similares. Em 1989/90, 22,9% dos efectivos inscritos na 1ª classe pertencem ao grupo etário de 6 anos e passaram por estruturas de educação pré-escolar.

A nível do EBC a cobertura social é ainda baixa. A taxa de escolarização líquida realizada foi de 33,4% (no ano transacto foi de 31,87%). A taxa de transição EBE/EBC, após um período de crescimento, tende a estagnar-se; 67,69% em 1988/89 e 68,52% em 1989/90.

Esta situação tem a sua explicação nas características da rede física do EBC que beneficia, preferencialmente, os alunos das zonas urbanas, semi-urbanas e rurais próximas e no esgotamento da capacidade de acolhimento dos estabelecimentos existentes.

Os concelhos/ilhas do Sal, S. Vicente e Praia continuam a registar as taxas mais elevadas de transição EBE/EBC, S. Nicolau, S. Antão, Santa Cruz e Tarrafal continuam a ser os mais desfavorecidos.

* Dados provisórios. Os definitivos poderão ser ligeiramente superiores tendo em vista algumas falhas ainda não corrigidas detectadas no preenchimento das fichas estatísticas.

** Explícite-se que as taxas estão calculadas em função dos dados do recenseamento de 1980 e das projecções demográficas

Em resumo a situação actual da oferta do EBC poderá ser caracterizada da seguinte forma:

-1. Nas zonas urbanas e semi-urbanas, salvo raríssimas excepções, (nova Sintra e Ribeira Brava), a capacidade instalada ficou totalmente esgotada face à procura social real crescente nítidamente superior à oferta.

1. Nas zonas rurais, persiste ainda a situação de selecção social precoce, obrigando os demandadores (alunos) a percorrerem grandes distâncias diárias, com implicações evidentes sobre o aproveitamento.

A nível do secundário deve-se registar a antecipação da criação e funcionamento de um estabelecimento em Ribeira Grande antes do início da construção do edifício previsto para o efeito. Efectivamente começou a funcionar o 1º ano do Curso Geral em Santo Antão com 227 alunos, o que por um lado, diminuiu a grande pressão que se fazia sentir sobre o Liceu de S. Vicente e por outro lado permitiu o acesso a alunos que, por razões de vária ordem, não poderiam fazer a deslocação à ilha vizinha.

Apesar de algumas salas de aula improvisadas com o objectivo de aumentar a capacidade de acolhimento, a procura social ultrapassou de longe o esperado obrigando os estabelecimentos de ensino à aplicação rigorosa dos critérios e condições de ingresso e de permanência (idade, nº de repetências etc, etc). Os efectivos passaram de 7 244 para 7 755, isto é, um aumento de apenas 511 alunos.

A cobertura social é ainda débil a nível do Curso Geral. A taxa de escolarização líquida passou de 13,03% em 1988/89, para 15,04%, pondo em evidência a distorção existente entre a cobertura social obtida no ensino básico e a no secundário.

3.1.2 Ensino particular

Paralelamente ao ensino oficial deve-se notar que o ensino particular continua a conhecer uma grande expansão, surgindo como alternativa às limitações da capacidade de oferta e/ou constrangimentos impeditivos da frequência de estabelecimentos oficiais do EBC e ES. Deve-se constatar apesar da vontade expressa do Ministério, a ausência de instrumentos jurídicos enquadradores do ensino particular, de inspecção das condições de funcionamento e da qualidade do ensino ministrado. Até este momento desconhece-se a verdadeira dimensão social e institucional do ensino particular. Apesar da ausência de dados fiáveis, parece notório que a clientela do ensino particular é constituída fundamentalmente por jovens que perderam direito de inscrição nos estabelecimentos oficiais e trabalhadores em busca de condições académicas de promoção social e profissional. Deve-se frisar o apoio que esta modalidade de ensino, normalmente promovida por professores do ensino oficial, tem beneficiado do M. Educação. Em função das condições e finalidade social, o Ministério da Educação tem apoiado essas iniciativas, disponibilizando espaços para os cursos nocturnos e mesmo professores nos casos de iniciativas marcadamente sociais.

Convém, igualmente, fazer referência a um fenómeno anteriormente verificado, e que tende a ganhar expressão sobretudo nos centros urbanos. Trata-se do sistema de explicações no EBE. Efectivamente generaliza-se a prática do professor primário acolher no seu domicílio, durante o período livre, os alunos do ensino oficial para aulas suplementares. Estaremos à frente de um problema de custódia de crianças ou de uma solução ad hoc à insuficiência do tempo de escolarização?

Em todo caso, esta situação deve merecer alguma atenção, pois, ela é susceptível de comprometer a relação pedagógica do professor o com aluno que não frequenta a explicação? Por outro lado, fornece mais um elemento de reflexão sobre as possibilidades de participação das famílias nos custos da educação.

Educação pré-escolar

A educação pré-escolar continua a desenvolver-se fora das estruturas do Ministério da Educação. Ela tem expandido graças a iniciativas não governamentais, para -públicas, de organizações sociais e privadas. Os estabelecimentos que se dedicam a este tipo de educação apresentam as mais diversas características, passando de jardins infantis clássicos a núcleos pré-escolares onde as condições de instalação e de enquadramento são nitidamente deficientes.

A expansão da cobertura social dos jardins infantis é ilustrada pela grande percentagem de alunos inscritos na 1ª classe com 6 anos (22,9%).

Rendimento escolar

Convém dizer que o volume de efectivos até este momento são «engolfados» como consequência do fenómeno da repetência, que a graus diferenciados, atinge todos os níveis de ensino, provocando um grande desperdício de recursos e marcando de forma negativa os alunos. Embora a tendência neste momento seja para a diminuição do contingente de repetentes (fenómeno decorrente das melhorias verificadas no aproveitamento), deve-se dizer que a percentagem de repetentes é ainda elevada.

Na sequência das melhorias introduzidas no processo de planeamento do ano lectivo e das medidas de seguimento e de execução, o rendimento escolar acusou uma evolução favorável. Os dados deste ano confirmam a tendência positiva, particularmente a nível do Ensino Básico. No EBE a taxa de aprovação em 1985/86 era de 67,8%. Em 1988/89, ela foi de 78,6%.

As classes mais vulneráveis e de rendimento mais baixo continuam a ser a 1ª e a 2ª classes do EBE e os anos de exames do EBC e do ES. Esses dados recolocam o problema das condições de atendimento nos primeiros anos de escolaridade e do modelo de avaliação.

3.1.3 Objectivos e principais actividades

A acção do Ministério da Educação durante o ano de 1989 foi orientada pelos grandes objectivos fixados pelo Governo e pelo II PND e que visam:

- Melhorar a qualidade e a funcionalidade da educação reforçando a inserção da escola na comunidade e adequando o sistema às necessidades de desenvolvimento.
- Elevar o nível de satisfação das necessidades básicas da população em educação estendendo e alargando a escolaridade e reduzindo o analfabetismo nos seios da população adulta.
- Aumentar o rendimento do sistema
- Reduzir as assimetrias regionais e sociais no acesso à educação.

Esses grandes objectivos foram traduzidos em objectivos intermédios e operacionais ou metas pelo plano de actividades do Ministério da Educação. A fim de facilitar a leitura e o enquadramento das principais actividades desenvolvidas convém relembrar os principais objectivos intermédios fixados:

1. Reformular o quadro legal e normativo da organização estrutural do sistema educativo.
2. Adequar os conteúdos qualitativos planos curriculares, livros e metodologias de ensino.
3. Elevar a qualificação e a estabilidade do corpo docente.
4. Alargar, reconverter e recuperar a rede de equipamentos educativos.
5. Desenvolver a educação extra-escolar.
6. Desenvolver a educação física e o desporto escolar.
7. Incrementar a acção social escolar.
8. Racionalizar a gestão pedagógica do sistema educativo.
9. Modernizar a gestão administrativa e financeira dos serviços e unidades educativas reforçando o planeamento e os mecanismos de avaliação.

3.1.4 Estudos planeamento e programação

Foi elaborado o plano de actividades do Ministério da Educação e clarificados os instrumentos e metodologias de seguimento e avaliação.

Foram elaborados os orçamentos de funcionamento e de investimentos do sector e aplicados os instrumentos de execução e controlo.

Ficaram concluídos os estudos de pré-investimento e de preparação dos dossiers técnicos (Projecto Educação I) com a aprovação dos dossiers de execução de todas as intervenções do programa de empreendimentos do Projecto de Restruturação e Expansão do Sistema Educativo (PRESE), negociado com o Banco Africano de Desenvolvimento. Foi, ainda, formulado e apresentado ao financiador um pedido de utilização do saldo previsto no Projecto Educação I.

Foram desenvolvidos contactos com o BAD, Unesco e gabinetes especializados tendo em vista o recrutamento da assistência técnica para a execução do PRESE. Um contrato foi assinado com a Unesco. Encontra-se em fase avançada de negociação, a contratação da assistência técnica para a componente equipamentos educativos; com o consultor do Projecto Educação I.

Por outro lado há que fazer referências às actividades e diligências desenvolvidas a nível nacional e junto do organismo financiador, tendo em vista o preenchimento das condições de entrada em vigor do PRESE.

Deu-se continuidade à preparação dos documentos enquadramentos e de divulgação da reforma nomeadamente a Lei de bases do Sistema Educativo cuja última versão foi objecto de um amplo e prolongado debate entre os dirigentes do Ministério da Educação.

Foram produzidos vários estudos e documentos relativos à evolução do sector tendo em vista a participação do Ministério em colóquios e conferências internacionais, fundamentação de pedidos de financiamento e avaliação do II PND. No âmbito da preparação do III PND, um relatório diagnóstico foi elaborado por um grupo de trabalho com o apoio de assistência técnica local.

Ficou consolidado o dossier de financiamento da Escola Técnica da Praia e deu-se início à preparação do projecto arquitectural.

Ficou concluído e aprovado o dossier de execução do Instituto Politécnico.

Foram ainda iniciados os dossiers de execução da Unidade de Educação de Adultos e das instalações da Rádio Educativa.

Ficou concluída a construção do armazém de géneros alimentícios (ICASE) e a remodelação do local para a instalação do Centro de Orientação Escolar e Profissional e da Direcção de Bolsas de Estudo.

O processo de preparação do ano lectivo sofreu melhorias significativas. A fixação de objectivos anuais e por níveis de ensino, a participação dos delegados, subdelegados e directores de escolas e a simulação antecipada das condições de arranque do ano lectivo por estabelecimento de ensino e/ou concelho constituem os aspectos inovadores mais relevantes. Sublinhe-se aqui a medida tomada de alargamento do ano lectivo.

3.1.5 Recolha e produção estatística

Procedeu-se à recolha e tratamento dos dados referentes ao ano lectivo 1988/89 e os relativos à situação no início do ano lectivo 1989/90.

Ficou concluído o boletim de indicadores referentes aos anos 80.

Foram desenvolvidos com o apoio da assistência técnica várias acções de formação a nível local tendo em vista a consolidação da utilização de meios informáticos no tratamento e produção de informação estatística e a criação de um banco de dados.

3.1.6 Gestão pedagógica e formação de agentes educativos

A melhoria da gestão pedagógica foi prosseguida fundamentalmente através das seguintes acções:

- Organização, montagem e acompanhamento de um sistema de auto-formação das equipas pedagógicas do EBE.